Ata da reunião extraordinária nº 1600 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 14 de janeiro de 2026.

No dia quatorze de janeiro, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença dos seguintes Conselheiros: Renata Schlumberger Schevisbiski, Alex Gallo, Silvano César da Costa, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Rosane Suely Alvares Lunardelli, Inês Cristina de Batista Fonseca, Patrícia Mendes Pereira, José Fernando Mangili Junior, Luis Alberto Garcia de Freitas, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Silvia Meletti, Ana Luisa Boavista Cavalcante, Ana Marcia Tucci de Carvalho, Azenil Staviski, José Luiz Alduan e Alécio Fontes. Ausências justificadas: Prof. Dr. Airton José Petris e Aurélio Pereira. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Beatriz Silvério Botelho e Lisiane Freitas de Freitas. **I. ORDEM DO DIA. 1) Processo 24.694.037-1 - COM - deliberar acerca da minuta de Termo de Cessão de Uso de Direitos de Imagem e Som, a ser celebrado entre a UEL e a Folha de Londrina, para divulgação do podcast "Memórias e Experiências (Relatora: Beatriz Silvério Botelho).** A Coordenadora de Comunicação, Beatriz Silvério Botelho, relatou que o podcast é fruto da integração entre a COM, Rádio e TV UEL, utilizando capital intelectual e infraestrutura da própria universidade. Esclareceu que o objetivo da cessão é ampliar a visibilidade institucional, permitindo que a Folha de Londrina veicule o conteúdo em seus canais de YouTube e podcast de forma gratuita, sem que a UEL precise utilizar os espaços físicos do jornal, uma vez que o estúdio da universidade foi reformado para esse fim. Colocado em regime de votação, o Termo de Cessão de Uso de Direitos de Imagem e Som, a ser celebrado entre a UEL e a Folha de Londrina, para divulgação do podcast "Memórias e Experiências , foi aprovado por unanimidade. Itens 2 a 4 apreciados em bloco. **2) Processo 24.872.955-4 - PROPLAN - deliberar acerca do contrato de doação que entre si celebram a UEL e a Angelus Indústria de Produtos Odontológicos S/A. 3) Processo 24.503.298-6 - PROPLAN - deliberar acerca do Contrato de doação que entre si celebram a UEL e a Associação Londrina Unida pelo Hospital Universitário - LUHU. 4) Processo 24.988.961-0 - PROPLAN - deliberar acerca do Contrato de doação de 01(um) aparelho de ar-condicionado de 12.000 BTU's, da marca PHILCO. (Relator: Alécio Martins Fontes).**

Profª Carrie questionou sobre as garantias dos produtos e a Reitora esclareceu que os equipamentos são acompanhados das notas fiscais de origem e que, após a doação, a responsabilidade pela manutenção e garantia passa a ser da universidade. Colocados em regime de votação, os processos referentes aos itens 2 a 4 foram aprovados por unanimidade. **5) Processo 24.908.107-8 - PROPLAN - deliberar acerca do Termo de Encerramento do Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram a UEL e a FAUEL, que permitiu a execução do PAS denominado "Programa de Apoio Cultural e Projetos da Televisão Cultural e Educativa da Universidade Estadual de Londrina-TV UEL" (Relator: Alécio Martins Fontes).** Alécio relatou que o encerramento ocorre devido ao fato de o PAS não ter atingido os objetivos esperados de captação de recursos junto à iniciativa privada. A Reitora complementou que a TV UEL continuará operando com recursos próprios e através de parcerias com a TV Paraná Turismo, onde o conteúdo institucional já é veiculado. Colocado em regime de votação, o Termo de Encerramento do Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram a UEL e a FAUEL, foi aprovado por unanimidade. Itens 6 e 7 apreciados em bloco. **6) Processo 24.993.091-1 - PRORH - deliberar acerca do pedido de alteração de Regime de Trabalho, de docente do Departamento de Clínica Cirúrgica, passando de 20h, para 40h semanais. 7) Processo 25.032.975-0 - PRORH - deliberar acerca do pedido de alteração de Regime de Trabalho, de docente do Departamento de Patologia, Análises Clínicas e Toxicológicas (CCS), passando de 20h, para 40h semanais (Relator: José Luiz Alduan).** O Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício, José Luiz informou que as alterações atendem ao interesse institucional, estão amparados pela Lei do Tide e possuem parecer favorável da PROPLAN quanto ao orçamento de 2026. Na discussão do item 6, referente à alteração do regime de trabalho do docente Frederico de Carvalho Fraga, do Departamento de Clínica Cirúrgica, a Profª Carrie Galvan manifestou-se para justificar a solicitação no âmbito do Centro de Ciências da Saúde. Ela destacou que tanto este processo quanto o item subsequente, da docenteDora Silvia Corrêa de Moraes, do Departamento de Patologia, Análises Clínicas e Toxicológicas, fundamentam-se na expansão das atividades acadêmicas e de gestão dentro dos cursos específicos do centro. Ela esclareceu possíveis discrepâncias de datas nos documentos, explicando que as solicitações haviam sido aprovadas pelo Conselho de Centro ainda no início de 2025 e detalhou que, no caso específico que tramitava conjuntamente, o encaminhamento ao Conselho de Administração foi postergado a

pedido da própria docente, que enfrentava um tratamento de saúde e solicitou que o processo aguardasse sua recuperação antes de prosseguir. Ressaltou, contudo, que todos os trâmites e aprovações nas instâncias internas do CCS já haviam sido integralmente cumpridos, reforçando o interesse institucional na referida ampliação de carga horária para atender às demandas de gestão e ensino do departamento. Ademais, a conselheira pontuou que tais movimentações são estratégicas para o centro, especialmente diante das dificuldades enfrentadas na retenção e contratação de profissionais, visando garantir a continuidade das atividades e evitar prejuízos ao funcionamento dos módulos cirúrgicos e programas de residência. Colocados em regime de votação, os processos referentes aos itens 6 e 7, foram aprovados por unanimidade. **8) Processo 25.149.742-7 - PRORH - deliberar acerca do pedido de abertura, em caráter de urgência, de Processo Simplificado de Seleção Docente - PSS, para suprir demanda do curso de graduação em Medicina, na área/subárea de Medicina/Anestesiologia (Relator: José Luiz Alduan).** José Luiz esclareceu que a urgência decorre da falta de profissionais para assumir as disciplinas já no início do ano letivo, o que representava um risco imediato de interrupção das atividades acadêmicas no Centro de Ciências da Saúde (CCS). Ele informou que a PRORH organizou um calendário especial para este teste seletivo, destacando que, por se tratar de uma área única, é possível executá-lo sem comprometer outras demandas urgentes da divisão, como as nomeações de concursos e convocações de contratos. Detalhou que a principal razão para a tramitação no Conselho era a aprovação da taxa de inscrição, seguindo a resolução aprovada no ano anterior que obriga a apresentação de uma planilha de custos para justificar os valores cobrados1. Ele explicou que a planilha foi elaborada com o apoio da PROPLAN, utilizando um modelo automatizado para agilizar o trabalho e mensurar os custos indiretos, que são os mais significativos em um processo seletivo.• Para este cálculo, foi feita uma projeção de cinco candidatos e a composição de uma banca examinadora com três docentes. Os custos indiretos, referentes ao trabalho das bancas, foram estimados em cerca de R$ 11.000,00, enquanto os custos diretos representariam 30% do valor arrecadado. Diante da impossibilidade de cobrar uma taxa que cubra integralmente o trabalho dos envolvidos, a proposta da PRORH foi manter o valor padrão da resolução: R$ 45,09 (correspondente a cerca de 2,5% a 3,5% do salário de um docente colaborador de 20 horas com graduação). Além da questão emergencial, José Luiz aproveitou para informar que a PRORH trabalha em um cronograma para um PSS geral em março, abrangendo todos

os centros. Ele solicitou aos diretores de centros que cobrem dos departamentos um levantamento preciso de todas as vagas ociosas, incluindo aposentadorias recentes e contratos que vencerão em 2026 e 2027, para que a universidade consiga formar um cadastro de reserva eficiente, evitando futuros prejuízos às disciplinas e a necessidade de novos processos de urgência. A Reitora pontuou que a urgência deste processo específico foi, inclusive, o motivo primordial para a convocação da presente reunião extraordinária, visando garantir a rapidez necessária para cobrir a vacância na atividade acadêmica da Medicina antes do início do ano letivo. Detalhou que a universidade lida simultaneamente com duas frentes: 1) a situação emergencial atual, que exige uma resposta imediata para evitar o comprometimento das atividades acadêmicas no CCS e 2) a programação regular da PRORH, com a abertura prevista de um PSS extenso em março para todas as áreas e centros. A Reitora enfatizou que o cuidado dos diretores de centros e das chefias de departamento deve ser redobrado, especialmente considerando a troca de comandos (chefias e colegiados) prevista para março. Ela solicitou que os diretores realizem um levantamento com precisão absoluta das necessidades para o segundo semestre de 2026 e o primeiro semestre de 2027, incluindo: previsão de encerramento de contratos vigentes; vagas decorrentes de aposentadorias e necessidades geradas por reformulações curriculares. Explicou que o objetivo dessa organização é permitir que a universidade realize uma única leva de processos seletivos, criando um cadastro de reserva eficiente. Dessa forma, à medida que as vagas forem liberadas, a instituição poderá convocar os aprovados imediatamente, eliminando a dependência de novos testes seletivos emergenciais. Por fim, ela lembrou que este movimento ocorre em paralelo à iminente convocação dos concursados efetivos, o que gerará uma transição natural no quadro funcional, onde a entrada de um docente concursado poderá implicar no encerramento de contratos temporários para o ajuste da carga horária institucional. Profª Carrie destacou que a proposta foi fruto de uma construção coletiva, envolvendo diversas discussões e a participação ativa da Reitora, que se debruçou pessoalmente sobre o processo para superar os entraves burocráticos e legais. Carrie explicou que a urgência se justifica pelas dificuldades enfrentadas pelo curso de Medicina no final do ano anterior, marcadas por ameaças de exoneração devido a decisões sobre a lei dos plantões e por desligamentos não previstos de docentes.

Carrie detalhou a ausência de Cadastro de Reserva, sendo que muitas das exonerações recentes ocorreram em áreas que não possuíam

candidatos remanescentes de seleções anteriores para novas contratações. Enfatizou que a área de Anestesiologia é considerada vital, pois atua em diversos módulos cirúrgicos e disciplinas específicas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Atualmente, a subárea está sem nenhum docente disponível para o início do ano letivo. Ela alertou para o risco real de fechamento da residência em Anestesiologia, uma vez que a ausência de docentes inviabiliza a continuidade da oferta de vagas e a manutenção do programa. Em relação a estimativa de custos do PSS baseada em cinco candidatos, Carrie expressou ceticismo, afirmando acreditar que haverá apenas um interessado1. Ela justificou que, na Medicina, há pouco interesse pela docência devido a alta exigência de titulação em contraste com os salários oferecidos e a natureza do contrato parcial. Finalizou manifestando seu profundo agradecimento ao Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício, José Luiz e à Reitora pelo esforço em remediar essa questão emergencial, destacando que o cronograma proposto permitirá a contratação do docente entre meados de março e abril, garantindo a presença do professor ainda no primeiro semestre. Colocado em regime de votação, o pedido de abertura, em caráter de urgência, de Processo Simplificado de Seleção Docente - PSS, para suprir demanda do curso de graduação em Medicina, na área/subárea de Medicina/Anestesiologia, foi aprovado por unanimidade. Após a aprovação do item 8, a reunião prosseguiu com as seguintes discussões: o Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício, José Luiz Alduan, relatou que o concurso público docente foi homologado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) no final de 2025, o que adiantou os trabalhos de preparação do edital de convocação para exames médicos. Informou que a previsão é publicar tal edital até o final de janeiro, estimando que as nomeações ocorram para o segundo semestre letivo de 2026, dependendo da tramitação no Governo do Estado, que costuma levar de dois a três meses. Esclareceu, ainda, que o período eleitoral não interferirá nas nomeações, pois o resultado do certame foi publicado e homologado em 2025. A Profª Renata Schlumberger Schevisbiski questionou a administração sobre o andamento dos processos de movimentação e redistribuição de vagas entre os centros de estudos. A Reitora esclareceu que está sendo realizado um levantamento criterioso da carga horária desocupada nos centros. Mencionou que, em levantamento prévio, identificou-se quase 2.000 horas não ocupadas institucionalmente, o que dificulta o pedido de ampliação de carga horária junto ao Estado, já que a universidade precisa comprovar a ocupação total do que já possui. Ponderou que a

implantação obrigatória do sistema Meta 4 pelo Estado tem dificultado esse mapeamento preciso, pois a universidade aguarda a devolução de informações do sistema para sincronização com o sistema Ergon. O Prof. Carlos Eduardo Caldarelli informou que as folhas de pagamento no CESA já estão preparadas, mas que o sistema Ergon não foi aberto para lançamentos. Demonstrou preocupação com o prazo, visto que o pagamento deve ocorrer em 31 de janeiro e o sistema costuma fechar no dia 15. José Luiz Alduan explicou que a folha foi fechada e enviada ao Estado no dia 9, mas retornou com inconsistências que estão sendo corrigidas pela equipe. Ressaltou que o Ergon deve permanecer fechado e idêntico aos dados enviados para permitir a comparação e correção de erros gerados na migração para o Meta 4. A Reitora solicitou que os diretores orientem seus secretários a manterem a calma, reiterando que se trata de um processo de transição complexo imposto judicialmente, sobre o qual a universidade tem pouco controle, dependendo das respostas da Secretaria da Administração e da Previdência (SEAP). Prof.Caldarelli questionou se o sistema "Paraná Consig" permitirá consignações (como descontos sindicais) para os professores temporários na nova folha e a Reitora respondeu que tais regras são definidas pelo Estado e que os sindicatos foram avisados com antecedência para regularizarem as filiações, mas que, até o momento, as regularizações parecem abranger apenas os servidores efetivos. A profª Carrie Galvan manifestou-se sobre o levantamento de vagas ociosas no CCS, destacando que muitas áreas, especialmente na Medicina, sofrem com testes seletivos "desertos" (sem candidatos), o que gera uma ociosidade forçada que sobrecarrega os demais docentes. Defendeu que a existência de vagas não ocupadas não deve ser vista como um "delito" ou erro de gestão, mas como reflexo das dificuldades de contratação em áreas específicas. A Reitora enfatizou que a ocupação de vagas é um princípio básico para justificar a criação de novos cursos, como Fonoaudiologia e Geologia, que já foram aprovados e demandam ampliação docente pela fórmula da LGU. Reforçou que, sem dados estáveis do Meta 4, qualquer discussão sobre redistribuição seria especulativa. Prof. Caldarelli interveio para esclarecer que a dúvida dos centros reside na previsão de movimentação estabelecida anteriormente, onde centros como o CESA deveriam receber vagas de outros que estivessem acima dos coeficientes da LGU. Relembrou que o concurso recente foi um "meio-termo" justo, mas que os centros precisam planejar suas futuras aposentadorias e contratações com base na resolução de transição. Profª Renata Schevisbiski confirmou que os centros precisam desse

planejamento para cumprir a resolução e prever as necessidades dos novos cursos. A Reitora concordou que a metodologia construída pelo Conselho foi justa ao considerar critérios além da LGU, como número de matrículas. No entanto, reiterou que, se um centro precisa de 80 horas e já possui essa carga desocupada há mais de um ano, não seria necessário retirá-la de outro centro, bastando regularizar a ocupação interna. Profª Inês Cristina de Batista Fonseca explicou uma dificuldade técnica na ocupação de vagas: quando um docente de 40 horas se aposenta, ele muitas vezes dava apenas 8 horas de aula (devido a projetos); ao contratar um temporário, a universidade só consegue contratar 20 horas, pois um contrato de 40 horas exigiria 16 horas de aula, carga que muitas vezes não existe concentrada em uma única disciplina, gerando sobra de carga horária residual no sistema. A Reitora pontuou que essa distorção deve ser minimizada quando a universidade atingir a meta de 80% de contratação efetiva, permitindo que os docentes concursados assumam a totalidade das atividades acadêmicas e de gestão. Prof. Caldarelli sugeriu que o Conselho comece a discutir não apenas a carga horária, mas a transição dos "códigos de vaga" para que os centros possam incorporar as vagas transferidas de forma definitiva. A Reitora finalizou o debate sobre o tema afirmando que essa discussão será pautada oficialmente assim que os dados do Meta 4 permitirem um mapeamento real, evitando decisões baseadas em dados imprecisos. **II. INFORMES**. 1) Profª Silvia Meletti informou que a Universidade Estadual de Londrina começa o ano com a inclusão de mais dois programas de pós-graduação, Biotecnologia e Ciências da Saúde, classificados com o conceito 7 segundo a avaliação quadrienal 2021-2024 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), divulgada no início dessa semana. Esses dois programas se juntam aos de excelência da pesquisa da Universidade, que já contava com três programas com nota máxima – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (Pecem), Ciência Animal e Patologia Experimental. A partir desta avaliação da Capes, a UEL elenca cinco programas de excelência internacional, se destacando nas áreas de saúde, biotecnologia e exatas. Hoje a Universidade soma 49 programas, sendo 42 com sede em seu Campus, em Londrina e integra outros sete nacionais. As notas divulgadas se referem aos programas sediados na UEL, totalizando: Conceito 7: 5 Programas; Conceito 6: 1 Programa; Conceito 5: 15 Programas; Conceito 4: 18 Programas e Conceito 3: 3 Programas.

De acordo com a avaliação, 11 programas tiveram ampliação da nota nesse último quadriênio. Biotecnologia passou de 6 para 7 e Ciências da Saúde

pulou de 5 para o conceito máximo. Outros sete programas passaram da nota 4 para 5 (Fisiopatologia Clínica e Laboratorial; Geografia; Sociologia; Filosofia; Física; Estudos da Linguagem; Clínicas Veterinárias) e dois passaram de nota 3 para 4 (Administração e Comunicação). Apenas um programa caiu de nota 4 para 3 (mestrado em Engenharia Elétrica). Nesse caso, a coordenação deverá recorrer da avaliação. Outros 30 programas mantiveram as notas nos últimos quatro anos. De acordo com a Capes, a avaliação da pós-graduação stricto sensu para o ano de 2026 se refere ao ciclo da avaliação quadrienal entre 2021 e 2024. Esta última segunda-feira (12), foram divulgados os resultados parciais. Pedidos de reconsideração serão aceitos até 11 de fevereiro e a análise será feita de 16 de março a 2 de abril. O resultado será divulgado em maio. As notas foram definidas conforme os seguintes critérios: Nota 3: desempenho regular; Notas 4 e 5: bom desempenho; e Notas 6 e 7: programas de excelência internacional. A reitora afirmou que o resultado da avaliação da Capes reflete o esforço cuidadoso da comunidade universitária, que trará impactos para Londrina e o Paraná. “Foi um trabalho intenso para que pudéssemos receber a notícia desse aumento significativo no conceito da grande maioria dos nosso Programas de Pós-graduação, uma avalição mais do que positiva, 50% dos cursos apresentando notas a partir de 5, um padrão excepcional. Segundo a reitora, esse resultado demonstra também o compromisso dos pesquisadores e da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação no fortalecimento da produção do conhecimento e da ciência. “Tudo isso reforça o compromisso da UEL com a sociedade, uma produção que trará impacto na vida das pessoas, nas diferentes áreas do conhecimento”. Para a professora Sílvia Meletti, o resultado da avaliação da Capes coloca a UEL como uma instituição com pesquisa consolidada nas várias áreas do conhecimento, considerando que 11 programas subiram de conceito e que mais sete conseguiram nota 5. De acordo com Sílvia, essa proporção de programas com nota a partir de 5 coloca a UEL acima da média nacional. O resultado aumenta a excelência das pesquisas realizadas e demonstra uma pós-graduação consistente. Uma evolução significativa. Esse resultado deve ser atribuído à dedicação exclusiva dos professores e estudantes envolvidos, com destaque para os coordenadores de programa, que se empenharam para cumprir as exigências das avaliações. Ela enalteceu ainda o trabalho desenvolvido pela equipe da PROPPG da UEL. 2) Profª Inês Fonseca informou que a Universidade Estadual de Londrina foi contemplada, mais uma vez, com o programa Brafitec. Detalhou que se trata de um projeto com vigência de quatro anos, envolvendo recursos da ordem de 25 milhões de reais destinados a bolsas de estudo. Esclareceu que a proposta foi apresentada pela UEL em uma parceria que envolve também a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Mato Grosso

do Sul. Pontuou que a coordenação do programa, que na gestão anterior esteve sob a responsabilidade do Professor Walter, passa agora para a nova gestão vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), sob a supervisão da Pró-Reitora Silvia Meletti, uma vez que se trata de fomento via CAPES. Profª Inês destacou que a universidade já está recebendo quatro estudantes franceses no Centro de Ciências Agrárias (CCA) e ressaltou o caráter "potente" do programa, que possui um histórico de mais de 20 anos e já possibilitou o intercâmbio de mais de 100 alunos da UEL para a França. Por fim, celebrou o avanço na modalidade de dupla diplomação, informando que o benefício, antes restrito ao curso de Agronomia, foi expandido no ano passado para abranger também o curso de Zootecnia, contando atualmente com três alunos da Agronomia já inseridos nesse regime.3) Prof. José Fernando Mangili Junior solicitou atualizações detalhadas sobre o cronograma de manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado, questionando especificamente sobre o estágio da contratação da empresa de instalação e se as solicitações de serviço (SS) protocoladas em 2025 precisariam ser renovadas ou se seriam automaticamente mantidas para o exercício de 2026. Adicionalmente, o Prof. Mangili manifestou preocupação com a infraestrutura de mobiliário, destacando que o Centro de Tecnologia e Urbanismo possui um volume expressivo de cadeiras com estrutura em bom estado, mas que necessitam urgentemente de reforma no estofamento. Relatou que tentativas de manutenção foram feitas no ano anterior, porém esbarraram na falta de orçamento e de material, além da limitação operacional da prefeitura do campus, que conta com apenas um tapeceiro para atender toda a universidade. Diante disso, questionou se a instituição já poderia usufruir do contrato de chamamento público aprovado pelo conselho no final de 2025 para agilizar essas reformas e garantir condições adequadas para o início das aulas em março, evitando que o sistema de solicitações fique sobrecarregado ou que materiais adquiridos, como tecidos, percam a utilidade por falta de mão de obra para a execução do serviço. O Prefeito do Campos, Luiz Claudio Buzeti, informou que a contratação para a instalação dos novos aparelhos de ar-condicionado enfrentou um recurso administrativo, o qual deve ser respondido tecnicamente ainda esta semana, indicando que o certame está em fase de conclusão. Paralelamente, comunicou a adesão a uma ata de registro de preços para mais de 190 aparelhos, que já inclui o serviço de instalação, com previsão de início das atividades para a próxima semana. Sobre as solicitações de serviço (SS) de 2025, esclareceu que as manutenções já avaliadas não precisam ser refeitas. No entanto, por exigência do sistema orçamentário estadual na transição de exercício,

as demais solicitações pendentes devem ser renovadas no sistema pelas unidades. Trata-se de um procedimento simples onde, com um clique, a SS é reemitida para 2026, mantendo o conteúdo original mas alterando o número e o ano. Ressaltou que esta regra de renovação se aplica não apenas aos aparelhos de ar-condicionado, mas a todos os tipos de manutenção predial da universidade. Profª Carrie Galvan manifestou preocupação quanto ao estado das salas de aula para o início do ano letivo, focando na necessidade de manutenção básica e higienização. Relatou que, em vistorias recentes no Centro de Ciências da Saúde (CCS), identificou-se que a pintura de diversas paredes está descascando, criando uma imagem institucional negativa e condições inadequadas de uso. Questionou se haverá orçamento disponível para a aquisição de materiais de consumo, como tintas, para que os próprios centros possam adiantar esses reparos emergenciais, uma vez que as equipes locais estão mobilizadas para deixar as salas em condições adequadas, mas esbarram na falta de insumos. Luiz Claudio esclareceu que a Prefeitura do Campus gerencia um estoque complexo de aproximadamente 4.800 itens, abrangendo desde materiais básicos até vigas pré-moldadas. Informou que, para casos pontuais de urgência e pequenos valores, a universidade utiliza o seu caixa rotativo, justamente para suprir essas necessidades imediatas que não podem aguardar os trâmites regulares. Justificou que, durante o ano de 2025, os esforços da prefeitura foram concentrados no PROINFRA 2024, o que resultou no adiamento de algumas licitações de materiais de consumo (elétricos e hidráulicos) para o final do exercício de 2025, mas assegurou que a situação deve estar normalizada para o início do ano letivo de 2026. Ressaltou que os setores da PCU não pararam durante o recesso, trabalhando continuamente para atender as demandas e garantir condições totais para o início das aulas. Por fim, o Prefeito solicitou que a conselheira e os demais diretores de centro não apenas formalizem as solicitações no sistema, mas que apresentem uma lista detalhada das urgências reais de cada unidade, comprometendo-se a dar prioridade total para que os centros de estudos tenham a infraestrutura adequada para receber os alunos, reforçando que a prefeitura está à disposição para verificar e resolver situações críticas. Alécio Fontes esclareceu que, sob a ótica orçamentária, o problema não é a falta de previsão de recursos, mas sim o fluxo de liberação financeira pelo Estado. Informou que o saldo orçamentário de 2025 foi integralmente consumido e que, neste momento de início de ano, a universidade aguarda a liberação de créditos de "restos a pagar" pela Secretaria da Fazenda, o que ainda não ocorreu de forma plena. Orientou que as unidades podem e devem registrar as novas

solicitações de serviço para 2026, o que permite o planejamento da prefeitura do campus, mas reiterou que a execução e a compra de novos materiais dependem do cumprimento do regramento orçamentário anual e da emissão de decretos estaduais que liberem as cotas financeiras para os centros de estudos. 4) Prof. Luis Alberto Garcia de Freitas solicitou informações sobre o cronograma de instalação dos aparelhos de ar-condicionado, destacando a necessidade de um prazo concreto para repassar o informe à sua unidade, visto que a expectativa é de que uma escala de instalação seja iniciada na semana seguinte. Em seguida relatou atualizações sobre a obra do Ginásio João Santana. Informou que, na manhã daquela data, recebeu a visita da equipe de engenharia da Prefeitura do Campus (PCU) e de representantes da empresa de Tupã, responsável pela execução. Detalhou que a previsão para o início das obras é o dia 2 de fevereiro, contudo, apontou um entrave crítico: o ginásio encontra-se totalmente ocupado com materiais e equipamentos esportivos diversos que precisam ser removidos com urgência. Prof. Beto demonstrou preocupação quanto à destinação desses itens, questionando se o setor de Patrimônio da universidade já teria retomado o recebimento de materiais inservíveis para descarte. Propôs a organização de uma "força tarefa" para realizar a limpeza e a movimentação dos equipamentos (incluindo carteiras e armários), visando liberar o espaço físico para a empresa contratada dentro das próximas duas semanas. A Reitora e o Prefeito Luiz Claudio orientaram o prof. Beto a coordenar a retirada com o setor de Patrimônio, aos cuidados de Dilson Mafra, que já voltou a receber inservíveis após os recentes processos de doação, e a alinhar a logística de transporte com o setor de eventos da prefeitura, observando-se a janela de disponibilidade anterior à semana das formaturas. Prof. Beto registrou um agradecimento especial pelo empenho institucional na viabilização desta reforma, ressaltando que o Ginásio João Santana está interditado há praticamente 12 anos. Enfatizou que a conclusão da obra representará a entrega de um grande centro de eventos, além de fortalecer as atividades da academia e da escola de esportes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Marta Regina Gimenez Favaro _____
Reitora

Renata Schlumberger Schevisbiski _____
Vice- Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Alex Gallo _____
Vice- Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Silvano Cesar da Costa _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Rosane Suely Alvares Lunardelli _____
Vice-Diretora do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Junior _____
Vice- Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Luis Alberto Garcia de Freitas _____
Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Ana Marcia Tucci de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

Silvia Meletti _____
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Luisa Boavista Cavalcante _____
Pró-Reitor ade Extensão Cultura e Sociedade em exercício

Alécio Fontes _____
Pró-Reitor de Planejamento em exercício

José Luiz Alduan _____
Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício